



A-104

A-105

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

ASSISTENTE SOCIAL / ASSISTÊNCIA A ALUNOS

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Não é necessário que você veja toda a escalada, apenas dê o primeiro passo." *Martin Lutter King Jr.*

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	07/05/2018	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	08/05/2018	10/05/2018

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1



pt.wikipedia.org

O texto adiante é a letra do samba-enredo “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”, apresentado neste Carnaval pelo Grêmio Recreativo e Escola da Samba Paraíso do Tuiuti, composto por Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e Aníbal.

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação

Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado
Senhor, eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor
Tenho sangue avermelhado
O mesmo que escorre da ferida
Mostra que a vida se lamenta por nós dois
Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz

Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente

Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
Preto Velho me contou, Preto Velho me contou
Onde mora a Senhora Liberdade
Não tem ferro nem feitor

Amparo do Rosário ao negro Benedito
Um grito feito pele do tambor
Deu no noticiário, com lágrimas escrito,
Um rito, uma luta, um homem de cor

E assim, quando a lei foi assinada
Uma lua atordoadá assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação

1. Leia os versos a seguir:

*“Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor? Pobre artigo de mercado”.*

Quanto a esses versos, considerados no conjunto da letra do samba-enredo da Paraíso do Tuiuti, pode-se afirmar que:

- A) expressam a visão crítica, generosa e plural de um oprimido consciente da natureza e do alcance profundo e complexo da opressão.
- B) referem-se aos negros africanos com olhos claros, como os oriundos de Serra Leoa.
- C) relembram que, também, em muitos casos, houve brancos europeus escravizados e traficados nos mercados do “Novo Mundo”.
- D) referem-se à tentativa desesperada de alguns dos negros escravizados de comprarem a sua liberdade.
- E) ironizam os negros, brancos, europeus e africanos cristãos cooptados pelos altos lucros obtidos com o tráfico de pessoas.

2. Leia a estrofe a seguir.

*“Eu fui mandiga, cambinda, haussá
Fui um Rei Egbá preso na corrente
Sofri nos braços de um capataz
Morri nos canaviais onde se plantava gente”*

O verso sublinhado na estrofe expressa a ideia de que:

- A) mulheres e homens escravizados até a exaustão eram enterrados nos canaviais.
- B) um Rei Egbá foi torturado até a morte por um capataz de um canavial.
- C) os africanos tornados força de trabalho escrava eram brutalmente desumanizados, coisificados.
- D) um Rei Egbá foi preso, morto e enterrado numa plantação de cana.
- E) os capatazes dos canaviais torturavam mulheres e homens escravizados.

3. Considere a estrofe a seguir.

*“Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social”*

Quanto à regência no verso dado, o verbo em destaque é:

- A) intransitivo.
- B) transitivo direto.
- C) transitivo indireto.
- D) bitransitivo.
- E) tritransitivo.

4. Leia as próximas estrofes e responda à questão proposta:

*“Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social*

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela,
É sentinela da libertação”

A seleção lexical (a escolha de palavras) nesses versos do samba-enredo ilustra a intenção de seus autores de expressar o ambiente sócio-histórico do período colonial no Brasil. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta palavras com essa referência.

- A) chorar – favela.
- B) liberte – candeeiro.
- C) quilombo – bastião.
- D) cativo – sentinela.
- E) escravo – senhor.

5. Considere os versos a seguir:

“Mas falta em seu peito um coração
Ao me dar a escravidão e um prato de feijão com arroz”

Quanto ao termo sublinhado é correto afirmar que se trata de um:

- A) pronome pessoal reto em posição de próclise.
- B) pronome pessoal oblíquo em posição de ênclise.
- C) pronome pessoal reto em posição de mesóclise.
- D) pronome pessoal oblíquo em posição de próclise.
- E) pronome relativo em posição de ênclise.

TEXTO 2



AP Photo/Leo Correa

A “Ala dos Manifestoches”, apresentada pela Paraíso do Tuiuti, como se sabe, expressou uma crítica aguda aos ‘atores’ sociais que – visíveis ou ocultos – promoveram as manifestações de rua pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Patos com cifrões, camisetas alusivas às da seleção brasileira de futebol e panelas nas mãos satirizaram, respectivamente, a participação exacerbada da FIESP, a apropriação extemporânea de um nacionalismo confuso pelos manifestantes e uma militância proativa improvável dos setores médios e altos das classes médias urbanas. Por trás dos mal informados manifestantes se erguem enormes e poderosas mãos que sugerem a manipulação simbólica de seus movimentos.

6. Quanto à classe gramatical do espírituoso neologismo **manifestoches**, criado pela Escola de Samba de São Cristóvão, pode-se afirmar que se trata de:

- A) um verbo irregular.
- B) um substantivo.
- C) um adjetivo.
- D) uma locução adjetiva.
- E) uma conjunção adversativa.

TEXTO 3

NÃO SOMOS ESCRAVOS DE NENHUM SENHOR

Driade Aguiar

“(…) Como editora da Mídia NINJA, não sei colocar em palavras a dor que sentia a cada vez que entrava na página e via o post fixado com a foto de um rapaz negro com a Máscara de Flandres, uma cena tão antiquada quanto torturosamente atual. Esse post chegou a mais de 130 mil compartilhamentos, mais de 15 milhões de pessoas alcançadas – o alcance de quem fura a bolha ao focar sua linguagem para mais de 50% dos brasileiros, a população negra.

*Alegorias, fantasias, décimos e quesitos à parte, a agremiação de São Cristóvão, **o quilombo da favela**, termina aclamada como Campeã do Povo. (...)*

7. O trecho sublinhado aparece isolado entre vírgulas, porque se trata de:

- A) um aposto recapitulativo ou resumidor.
- B) uma locução adverbial.
- C) um vocativo.
- D) um aposto comparativo.
- E) ocução verbal.

TEXTO 4

O texto adiante apresenta trechos do artigo **Linguagem é poder: sobre jogos sujos e democracia**, publicado pela filósofa e escritora Marcia Tiburi (Revista Cult.uol, 22.02.2018). Leia-o e responda à questão proposta.

“Linguagem é poder. Antes de serem puros e simples atos de comunicação, todos os atos da linguagem são atos de poder. (...)”

O que se pode chamar de “jogo de poder” é estratégia de poder em seu sentido político. Todo jogo de poder é, na verdade, um jogo de linguagem. Há jogos de linguagem sem “jogos de poder”, mas não há jogo de poder sem linguagem.

A linguagem preferida do jogo de poder político em seu estado deturpado é a da dominação e da violência. O poder político – aquele que se exerce juntamente com outro, ou contra os outros com a consciência do seu efeito – é como uma engrenagem, como um dispositivo, é como um organismo que funciona para fazer sobreviver a si mesmo. Como as pessoas se relacionam com esse poder é uma pergunta que deve ser respondida por cada um.

Ninguém na sociedade humana, que é uma sociedade política – na qual mesmo quem não quer fazer política faz política, mesmo que a sua política seja uma espécie de antipolítica –, vive fora de relações de poder. Justamente porque não pode viver fora da linguagem. O poder político que não interessa a todos, a todos afeta e, na sua forma deturpada, depende justamente desse desinteresse da maioria para manter-se como é. (...)”

Fora do jogo da democracia, todo jogo de poder é um jogo sujo. Vamos aceitar?”

8. Assinale a alternativa que apresenta afirmação **INCORRETA** sobre o conteúdo do texto dado.
- O desinteresse da maioria pela política serve para manter o poder político deturpado.
 - O apolítico e o antipolítico são também 'atores' sociais políticos, mesmo sem querer.
 - A democracia é o ambiente imprescindível para que as disputas políticas possam ocorrer limpamente.
 - A autora convida o leitor à inquietação e à ação políticas.
 - A linguagem da dominação é a preferida do jogo de todo tipo de poder político.
9. O trecho destacado "**Há jogos de linguagem sem 'jogos de poder'**", mas não há jogo de poder sem linguagem.", é um período:
- simples.
 - composto por coordenação.
 - composto por subordinação.
 - composto por coordenação e subordinação.
 - simples com uma oração coordenada.

TEXTO 5

"Você está sendo **enganado** (1).

A trapaça narrativa funciona em três etapas. Na primeira, um sujeito pergunta qual é o contrário de preto e alguém responde que é branco. Em seguida, ele pergunta qual é o contrário de claro e alguém responde que é escuro. Por último, o mesmo indivíduo pergunta qual é o contrário de verde, mas ninguém responde, pois, obviamente, não existe.

Só que não é verdade.

O contrário de verde é maduro, embora você não tenha pensado nisso. O problema é que fomos induzidos a pensar em termos cromáticos, esquecendo que um raciocínio **mais** (2) **complexo** (3) nos levaria a ver outros lados da questão. (...)"

Trecho do artigo "Não é golpe, é muito pior", de Felipe Pena, publicado em Crônicas do Golpe (2017), do mesmo autor, professor da Universidade Federal Fluminense e pós-doutor em Semiologia da Imagem.

10. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, antônimos dos três termos destacados e numerados no texto dado:
- (1) burlado; (2) porém; (3) complicado.
 - (1) desiludido; (2) todavia; (3) imperscrutável.
 - (1) desenganado; (2) menos; (3) singelo.
 - (1) enganoso; (2) demasiado; (3) simples.
 - (1) esclarecido; (2) excessivo; (3) trivial.

TEXTO 6

Adiante estão trechos da nota do Ministério da Educação divulgada, em 21 de fevereiro, por jornal de grande circulação na matéria "**MEC vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016': Pasta quer apuração de 'improbidade administrativa' dos responsáveis pela criação do curso**".

"O ministro da Educação, Mendonça Filho, lamenta que uma instituição respeitada e importante como a Universidade de Brasília adote uma prática de apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidário ao criar a discipli-

na "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", que será ministrado no curso de Ciências Políticas da universidade.

O MEC irá encaminhar solicitação para a Advocacia-Geral da União (AGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF) para a apuração de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela criação da disciplina na Universidade de Brasília (UnB) por fazer proselitismo político e ideológico de uma corrente política usando uma instituição pública de ensino. (...)"

11. A leitura dos trechos dados permite afirmar que:
- há dois erros de concordância verbal e nenhum de concordância nominal no primeiro parágrafo.
 - há apenas um erro de concordância nominal no segundo parágrafo.
 - não há erros de concordância nos dois parágrafos.
 - há um erro de concordância nominal e outro de concordância verbal no primeiro parágrafo.
 - há um erro de concordância nominal e dois outros de concordância verbal no primeiro parágrafo.

TEXTO 7

O texto que segue reproduz trechos da nota da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), divulgada na grande imprensa, em 22 de fevereiro, em apoio ao pesquisador e professor da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel, responsável pela disciplina "**O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**". Leia-o, atentamente, e responda à questão proposta.

"A comunidade acadêmica tem sido vítima **frequente** (I) de arbítrios semelhantes nos últimos meses. Mesmo após o trágico episódio que envolveu o suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier, então reitor da UFSC, prisões, conduções coercitivas e demais gestos indicativos de abuso de poder, ora **orquestrados** (II) pelo Judiciário, ora pelo Executivo, têm indicado aos professores, alunos, servidores técnico-administrativos e demais membros da comunidade um exagero e um ímpeto manifesto em desqualificar o ambiente da universidade pública e das instituições de ensino superior de modo geral.

O curso proposto pelo colega da UnB, a partir da disciplina "Tópicos Especiais em Ciência Política 4", com o tema "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil" tem os seguintes objetivos: "(1) Entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff; (2) Analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocessos nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil; (3) **perscrutar** (III) os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular e de restabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil." O programa contempla bibliografia lúcida, de autores relevantes nas Ciências Humanas e Sociais do país.

(...)

Esta Associação reafirma seu compromisso com a defesa da autonomia universitária e estimula iniciativas que busquem aprofundar a análise do atual cenário político e midiático brasileiro.”

12. Sobre as três palavras em destaque, identificadas com algarismos romanos, pode-se afirmar que:
- A) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *perquirir*.
- B) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *inquirir*.
- C) em (I) não se aplicava o uso do trema; em (II) não se aplicava o uso do trema; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *interrogar*.
- D) em (I) o trema foi mantido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, embora não anotado no texto; em (II) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) pode ser substituída pelo vocábulo sinônimo *sondar*.
- E) em (I) o trema foi suprimido pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; em (II) o trema foi tornado facultativo pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e (III) não pode ser substituída pelo vocábulo *indagar*.

TEXTO 8

Leia, adiante, trechos na nota do *Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em defesa da liberdade de cátedra e da autonomia universitária*.

“O Departamento de Ciência Política da Unicamp vem a público manifestar irrestrita solidariedade ao professor e pesquisador Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que ministrará neste semestre a disciplina ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’. (...)”

Manifestamos nossa mais profunda indignação contra os ataques à Universidade Pública e aos seus membros que temos assistido nos últimos meses no Brasil. Não é o caminho pelo qual transformaremos o Brasil em um país soberano, justo e livre. Estamos e estaremos juntos na luta para mudar a atual situação política do país.”

13. Quanto à variação linguística, o texto dado se caracteriza:
- A) pela presença predominante da variante histórica.
- B) pela predominância da variante situacional informal.
- C) pelo emprego exclusivo da variante social.
- D) pelo uso exclusivo da variante situacional formal.
- E) pelas diversas marcas da variante geográfica paulista.

TEXTO 9

A Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada Constituição Cidadã, vigente desde 1988, em seu Capítulo III, estabelece os princípios fundamentais que organizam e disciplinam a educação e sua gestão em todo o País; conforme a reprodução de parte dos artigos adiante:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (...);

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (...)”

14. Ao cotejar o que está estabelecido nesses dois artigos da Constituição, à luz dos acontecimentos que opuseram o MEC à UnB, conforme abordado nas questões anteriores, pode-se afirmar que há uma relação direta de sentido entre:

- A) o inciso I do artigo 206 e a autonomia administrativa assegurada no artigo 207.
- B) o inciso VI do artigo 206 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegurada no artigo 207.
- C) a autonomia de gestão financeira e patrimonial assegurada no artigo 207 e o inciso III do artigo 206.
- D) a autonomia administrativa assegurada no artigo 207 e o inciso IV do artigo 206.
- E) o inciso II do artigo 206 e a autonomia didático-científica assegurada no artigo 207.

Leia o texto a seguir e responda às questões 15 e 16.

TEXTO 10

FIOCRUZ DIVULGA NOTA DE APOIO AO PESQUISADOR ELISALDO CARLINI

“A Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) manifesta sua solidariedade ao pesquisador Elisaldo Carlini e repudia a tentativa de criminalizar suas atividades acadêmicas. O professor Carlini e três outros pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) foram convocados recentemente a depor diante da acusação de apologia ao crime. Ao que tudo indica, a intimação está relacionada à realização de um evento científico sobre os usos da maconha e sobre as possíveis mudanças legais que mitigassem os danos advindos da atual política de drogas. Centrada na repressão, esta política gera entraves à pesquisa com substâncias psicoativas tornadas ilícitas e **a exploração de seus usos terapêuticos** (1).”

A Fiocruz endossa a manifestação pública conjunta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que **afirma** (2): ‘acusar o Dr. Carlini de apologia às drogas equivale a criminalizar a inteligência e o conhecimento técnico-científico’. Hoje, mais que nunca, em contraponto a práticas que buscam o retrocesso, é necessário posicionar-se pelo direito de se produzir ciência para a defesa da vida.”

15. Sobre a expressão destacada no primeiro parágrafo do texto dado pode-se afirmar que:
- A) falta o acento agudo indicador da crase.
 - B) não há falhas de acentuação.
 - C) falta o acento grave indicador da crase.
 - D) não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância verbal.
 - E) não há falhas de acentuação, embora haja erro de concordância nominal.
16. Quanto à palavra **afirma** (2), em destaque no segundo parágrafo do texto, é correto dizer que ela mostra concordância:
- A) nominal com a expressão “a Academia Brasileira de Ciências (ABC)”.
 - B) verbal com a expressão “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)”.
 - C) verbal com a expressão “a Academia Brasileira de Ciências (ABC)”.
 - D) verbo-nominal com com a expressão “A Fiocruz”.
 - E) verbal com a expressão “a manifestação pública conjunta”.

TEXTO 11

O trecho a seguir é um fragmento de **MARCHA CONTRA O SABER**: *O golpe militar de 1964 e o AI-5 na Universidade de São Paulo*, de Carlos Giannazi.



Fonte: Estadão Newsletter

“As discussões na Congregação sobre o encarceramento arbitrário do professor Mário Schenberg.

A reunião de 27 de maio de 1964 foi o preciso momento em que a discussão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ao lado dos assuntos administrativos e acadêmicos, atingisse um caráter político mais determinado. Esse fato decorreu da manifestação do professor Florestan Fernandes, **que** (1) censurou a instituição por não haver demonstrado publicamente sua solidariedade ao professor Mario Schenberg, **que** (2) havia sido recentemente encarcerado pela polícia política. Recordou então o professor que a tomada dessa atitude seria “uma prova do zelo que temos pela autonomia universitária, pois é do maior interesse defender-se as condições mínimas para a nossa liberdade de pensamento. (...)”

Concordando com Florestan Fernandes, manifestou-se o professor Lívio Teixeira, que entendeu que ‘a Faculdade e a Universidade deveriam assumir uma atitude mais combativa com relação ao expurgo de professores, ocasionado pela atual situação política’. Assim, era de opinião que ‘a Universidade deve defender a sua liberdade de pensamento e sofrer por ela’ ”.

17. Relativamente aos termos destacados e numerados no texto dado, é **INCORRETO** afirmar que:
- A) ambos são pronomes relativos.
 - B) ambos introduzem orações subordinadas adjetivas explicativas.
 - C) (1) é recurso de coesão e retoma Florestan Fernandes.
 - D) (1) é interjeição e (2) é preposição.
 - E) (2) é recurso de coesão e refere-se a Mario Schenberg.

TEXTO 12



Capa da edição original do volume 1, 1966.

Em 1966, o escritor e jornalista carioca Sérgio Porto (1923-1968), sob o pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, publicava o **Febeapá, Festival de Besteira que Assola o País**. Leia o trecho adiante e responda à questão proposta.

“É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da ‘redentora’, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem ‘otoridades’, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a ‘redentora’, entre outras coisas, incentivou a política do dedurismo (corruptela de dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo — alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas), iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar. (...)”

Foi então que estreou no Theatro Municipal de São Paulo a peça clássica Electra, tendo comparecido ao local alguns agentes do DOPS* para prender Sófocles, autor da peça e acusado de subversão, mas já falecido em 406 a.C. Era junho e o pensador católico Tristão de Ataíde, o mesmo Alceu de Amoroso Lima, uma das personalidades mais festejadas da cultura brasileira, chegava à mesma conclusão da flor dos Ponte Preta em relação à burrice reinante, ao declarar, numa conferência: ‘A maior inflação nacional é de estupidez’.”

* O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi órgão histórico de repressão e, também, centro de tortura durante a ditadura do Estado Novo e sob o regime imposto pelo golpe civil-militar de 1964.

18. Marque a alternativa na qual o fragmento retirado do texto não conota ironia.
- para prender Sófocles.
 - autoridades que geralmente se dizem 'otoridades'.
 - a peça clássica *Electra*.
 - conclusão da flor dos Ponte Preta.
 - A maior inflação nacional é de estupidez.
19. Quanto ao gênero e às características deste texto de Sergio Porto é correto afirmar que ele:
- é marcado por tentativa de reflexão crítica e subjetiva, característica do ensaio.
 - por ser um conto, apresenta uma "complicação, seu desenvolvimento, um clímax e um desfecho.
 - do lide à impessoalidade, mostra os principais marcadores de uma notícia.
 - mostra uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos, como uma resenha crítica.
 - apresenta linguagem simples e coloquial própria da crônica.

TEXTO 13

Como se sabe, o escritor Lima Barreto foi um crítico genial e desiludido da sociedade e das elites de seu tempo. Neste fragmento de seu *Diário Íntimo*, pode-se ler como, em 1919, o autor contemplava as mazelas e vícios da jovem República brasileira.

"Esses trinta anos de República têm mostrado, mais do que o passado regime, além da incapacidade dos dirigentes para guiar a massa da população na direção de um relativo bem-estar, a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política que, em presença de propinas e gorjetas, lucros ou quais seja em moeda, não trepidam em lançar na miséria, na mendicância, no *alcouce*¹, na taverna os seus patrícios, mesmo atirá-los à aventura de uma guerra, quando o *pourboire*², estrangeiro em geral, é de encher os olhos. A todas as reclamações, a todas as críticas, eles só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não lhes agrade."

1 prostíbulo.

2 o ganho, a gorjeta

Passados quase 100 anos, essa dura análise do legado republicano, à luz dos dias que correm, como se pode ver, soa muito contemporânea. Releia o trecho adiante e responda à questão proposta.

"A todas as reclamações, a todas as críticas, **eles** só sabem responder com o Santo Ofício policial que arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que qualquer precisa expor e não **lhes** agrade."

20. Os dois termos em destaque referem-se:
- aos dirigentes republicanos.
 - aos seus patrícios.
 - aos estrangeiros em geral.
 - à Academia, ao Sínodo, ao Concílio.
 - aos trinta anos de República.

LEGISLAÇÃO

21. Milton Carlos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Assistente em Administração da UFRJ há 1 (um) ano, pretende solicitar licença para acompanhar seu cônjuge, que foi deslocado para outro ponto do território nacional. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:
- o estágio probatório do servidor não ficará suspenso durante o período da referida licença.
 - o estágio probatório do servidor ficará suspenso durante o período da referida licença e será retomado a partir do término do impedimento.
 - o servidor não pode acompanhar o cônjuge, tendo em vista que se encontra em estágio probatório.
 - a referida licença será por prazo indeterminado e com remuneração.
 - a referida licença será por prazo determinado e sem remuneração.
22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o auxílio-moradia consiste no ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, após a devida comprovação da despesa pelo servidor. Sobre os requisitos para a concessão do auxílio-moradia, é **INCORRETO** afirmar que:
- conceder-se-á auxílio-moradia caso não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor.
 - não será concedido auxílio-moradia se o servidor for deslocado por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
 - o valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
 - conceder-se-á auxílio-moradia ainda que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
 - no caso de falecimento ou exoneração do servidor, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.
23. Ana Vitória, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Arquivista da UFRJ, opôs, pela primeira vez, resistência injustificada à execução de serviços do Setor de Protocolo da instituição pública onde trabalha. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a conduta da servidora:
- é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de advertência, por escrito, mediante processo administrativo.
 - é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de demissão, mediante processo administrativo.
 - não é proibida desde que praticada no período de estágio probatório.
 - será punida com suspensão de até dois anos, podendo ser prorrogada por um ano, sem direito à remuneração.
 - será punida com suspensão de até três anos, podendo ser prorrogada por dois anos, com direito à remuneração.

24. João Vicente, servidor da UFRJ, solicitou à instituição onde trabalha informações sobre condutas de agentes públicos, também servidores da universidade, que implicaram violação de direitos humanos. Tais informações seriam necessárias a João Vicente para tutela judicial de direitos fundamentais. Para surpresa do servidor, o acesso a essas informações lhe foi negado, tendo em vista que elas foram classificadas como sigilosas pela respectiva instituição. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é correto afirmar que:

- A) como tais informações foram consideradas sigilosas pela instituição, ainda que necessárias à tutela judicial, o acesso deve ser restrito.
- B) a instituição agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de acesso a informações que versem sobre condutas que violem os direitos humanos.
- C) a instituição não agiu conforme a Lei de Acesso à Informação, que determina a impossibilidade de ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial.
- D) o servidor não pode ter acesso a tais informações, pois, nos termos da lei, elas são consideradas ultrassecretas.
- E) a instituição está impedida de divulgar tais informações, pois, nos termos da lei, a sua divulgação oferece risco à estabilidade financeira, econômica e monetária do país.

25. “O Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, Decreto nº 1.171/1994, é um guia de conduta profissional e pessoal a que os servidores públicos estão submetidos. Ele preceitua a preservação dos mais nobres princípios éticos e morais, desejáveis no comportamento daqueles que têm, como profissão, o exercício de função pública: os servidores públicos.”

Disponível em: www.ufmg.br/pfufmg
(acesso em 10 de março de 2018)

De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, é vedado ao servidor público:

- A) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.
- B) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos e dos jurisdicionados administrativos.
- C) usar artifícios para procrastinar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- D) divulgar e informar a todos os integrantes de sua classe sobre a existência do Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- E) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

26. Sobre a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte na forma da lei.

- B) nos processos de licitação, em igualdade de condições e como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no Brasil.
- C) não poderá participar da licitação, direta ou indiretamente, o servidor ou o dirigente de órgão ou entidade contratante ou o responsável pelo processo licitatório.
- D) as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- E) nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência, ainda que para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

27. O processo administrativo na Administração Pública rege-se pelo princípio do devido processo legal, em conformidade com o art. 5º, LIV, da Carta Magna. De acordo com esse princípio, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Nesse sentido, é assegurado ao cidadão o direito de peticionar ou de responder perante a órgãos do poder público, respeitando as fases do processo, ou seja: a instauração, a instrução e o julgamento. Sobre o processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- A) os interessados têm direito à vista do processo, mas não podem obter certidões ou cópias reprodutíveis dos dados e documentos que o integram.
- B) são legitimadas como interessadas no processo administrativo as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- C) concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- D) os atos administrativos não necessitam ser motivados quando impõem ou agravam deveres, encargos ou sanções.
- E) a desistência ou renúncia do interessado, em qualquer caso, prejudica o prosseguimento do processo.

28. Segundo Hely Lopes Meirelles, a Administração Pública Indireta “é o conjunto de entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público” (Meirelles, 2004, p. 730).

Marque a alternativa que apresenta somente entidades da Administração Pública Indireta:

- A) Empresas Públicas, Ministério da Fazenda e Fundações Públicas.
- B) Sociedades de Economia Mista, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos.
- C) Fundações Públicas, Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- D) Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- E) Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

29. Dulce Maria, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Contadora na UFRJ, foi aprovada no concurso público para o Magistério do Estado do Rio de Janeiro. Em dúvida se poderia assumir o cargo de professora na rede estadual, dirigiu-se ao Setor de Recursos Humanos da universidade onde trabalha e obteve a informação sobre a possibilidade de acumular os dois cargos.

Sobre o presente caso, é correto afirmar que a acumulação dos respectivos cargos:

- A) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, ainda que não haja compatibilidade de horários.
- B) não é lícita, tendo em vista que a Constituição Federal só permite a acumulação do cargo de professor com outro do magistério.
- C) não é lícita, pois, de acordo com a Constituição Federal, o cargo de Contadora na UFRJ não tem natureza técnica ou científica.
- D) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, se houver compatibilidade de horários.
- E) não é lícita, pois, nos termos da Constituição Federal, é possível a acumulação somente para os cargos privativos de profissionais da saúde.

30. "Os princípios básicos da Administração Pública estão consubstancialmente em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. Os cinco primeiros estão expressamente previstos no art. 37, caput, da CF de 1988; os demais, embora não mencionados, decorrem do nosso regime político, tanto que foram textualmente enumerados pelo art. 2º da Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999" (Meirelles, 2000, p. 81).

Sobre os princípios da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado obriga a Administração Pública a considerar o interesse coletivo acima das aspirações particulares. Tal princípio é um pressuposto lógico do convívio em sociedade.
- B) o princípio da segurança jurídica decorre da essência do Estado Democrático de Direito, cujo objetivo é oferecer um mínimo de estabilidade e certeza no convívio social organizado. Tal princípio previne surpresas que comprometam o direito das pessoas, assegurando o cumprimento das normas jurídicas.
- C) o princípio da ampla defesa assegura ao réu trazer para o processo todos os elementos que possam esclarecer a verdade, ainda que tais elementos não sejam permitidos por lei.
- D) o princípio do contraditório é uma consequência direta do direito de defesa, pois garante ao réu ou ao acusado o direito de se opor aos atos produzidos pela acusação.
- E) o princípio da motivação impõe à Administração Pública o dever de expor as razões de direito e de fato pelas quais tomou a providência adotada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Granemann (2016) apresenta a ofensiva à Previdência Social e a desconstrução de direitos que a classe trabalhadora vem enfrentando na atualidade. Caracteriza como o maior programa de enfrentamento da miséria e reprodução social da classe trabalhadora no Brasil:

- A) os serviços, programas e projetos da Assistência Social.
- B) a política social de Previdência Social (RGPS e RPPS), combinada a outras medidas.
- C) os benefícios assistenciais da política de Assistência Social.
- D) os programas da Assistência Social e de filantropia empresarial.
- E) o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

32. A Lei nº 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências. A partir deste marco legal foram instituídas duas instâncias colegiadas fundamentais para o exercício do controle social no SUS. Aquela que, em caráter permanente e deliberativo, é responsável por atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente é o(a):

- A) Conselho de Saúde.
- B) Conferência de Saúde.
- C) Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).
- D) Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS).
- E) Fundo Nacional de Saúde.

33. De acordo com o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social (1993), em seu artigo 5º, nas relações com os usuários, constitui um dever do(a) assistente social:

- A) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
- B) dispor de condições de trabalho condígnas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
- C) ter livre acesso à população usuária.
- D) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais, e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- E) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

34. Segundo Granemann (2016), o atual governo e os que o antecederam se utilizam de estratégias para a construção do descrédito da Previdência Social Pública, para assim justificar a contrarreforma da Previdência. Dentre essas estratégias pode-se apontar o(a):

- A) aumento do fundo público destinado a esta política e o fortalecimento das organizações coletivas da classe trabalhadora.

- B) redução do fundo público destinado a esta política e o empoderamento das organizações coletivas da classe trabalhadora.
- C) redução do fundo público destinado a esta política e a consolidação das organizações coletivas.
- D) redução do fundo público destinado a esta política e a destruição das organizações coletivas da classe trabalhadora.
- E) aumento do fundo público destinado a esta política e o desmantelamento das organizações coletivas.
- 35.** Miotto e Nogueira (2006) discorrem sobre o planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde e destacam a importância do controle e do monitoramento para acompanhar o planejamento desde sua implementação, seja na área de saúde ou em qualquer campo disciplinar que o utilize. Com base nos apontamentos das autoras, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) A avaliação contém um elemento valorativo, um juízo de valor sobre o planejamento, seja antes ou depois de executado.
- B) Todo processo de avaliação implica a adoção de tipos e critérios de avaliação.
- C) Dentre os critérios clássicos comumente adotados, podem ser citados os critérios de eficácia, eficiência e efetividade.
- D) A avaliação *ex-ante* precede a implantação, é realizada ao começar o projeto e tem a finalidade de conferir racionalidade ao processo decisório.
- E) Os termos “monitoramento” e “avaliação” comportam os mesmos sentidos nos processos de planejamento.
- 36.** A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) lançou, em 8 de novembro de 2017, a campanha “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A Supervisão Qualifica a Formação e o Trabalho”. Sobre o processo de supervisão de estágio em Serviço Social é correto afirmar que:
- A) a supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade desempenhada pelo assistente social, no âmbito de suas competências profissionais, em pleno gozo dos seus direitos profissionais e devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua área de ação.
- B) concerne ao supervisor de campo orientar o estagiário e avaliar o seu aprendizado, visando à qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas.
- C) configura-se na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas.
- D) cabe ao supervisor acadêmico averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social e se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade, competência técnica e ética.
- E) deve ser realizado por assistente social, funcionário do quadro de pessoal provisório da instituição em que ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
- 37.** Miotto e Nogueira (2006) discorrem sobre a construção de indicadores nos processos de avaliação. De acordo com as autoras, pode-se afirmar que o indicador:
- A) procura traduzir, de maneira subjetiva os resultados de uma ação executada.
- B) é a unidade que permite medir o alcance de um objetivo ou de uma meta.
- C) não guarda relação com os objetivos e metas que se deseja alcançar.
- D) é estabelecido a partir de formas codificadas para que os pressupostos sejam confirmados.
- E) deve ser único para cada objetivo, com posterior avaliação.
- 38.** Yamamoto (2012) aponta que o processo de descentralização das políticas sociais requer novas competências a profissionais como o assistente social. Estas, por sua vez, se relacionam com:
- A) domínio na realização de diagnósticos socioeconômicos para análises de orçamentos públicos, bem como funções de ordem privativa relacionadas à assessoria, à consultoria, à coordenação e à gestão.
- B) orientação social a indivíduos, a grupos e à população.
- C) treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
- D) planejamento, assessoria, coordenação, representação, analistas de recursos humanos.
- E) realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais e fornecimento de informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
- 39.** Pereira e Lima (2009) apresentam os impactos da contrarreforma da educação superior nos governos Cardoso e Lula, sendo que no primeiro houve um profundo reordenamento interno das universidades públicas, através de duas ações centrais: a venda de “serviços educacionais” e a ênfase no ensino de graduação. Como desdobramentos destas duas ações centrais destacam-se, algumas características, **EXCETO**:
- A) a identificação da educação superior como uma atividade pública estatal, portanto, um serviço prestado por IES públicas e privadas.
- B) a oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- C) o estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas para realização de consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado.
- D) a concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração.
- E) a criação de mestrados profissionalizantes em parceria com empresas públicas e privadas, considerados cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização analisados por vários pesquisadores.

- 40.** Mioto (2009) ao discorrer sobre a atuação do Serviço Social em sua dimensão socioeducativa, apresenta três processos dialeticamente articulados: os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão e os processos socioassistenciais. Quanto aos processos socioassistenciais é possível afirmar que correspondem:
- ao conjunto de ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os direitos na esfera pública e exercer o controle social da gestão.
 - ao conjunto de ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais de instituições e de empresas públicas ou privadas, bem como do próprio trabalho do Serviço Social.
 - ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais.
 - às relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, em um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente e construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos.
 - a uma pré-condição para a incorporação plena de indivíduos e sujeitos coletivos, de forma organizada e qualificada, aos processos decisórios em contraposição à lógica das grandes organizações, sejam elas estatais ou empresariais.
- 41.** O assistente social, na dimensão socioeducativa do seu exercício profissional, promove processos de mobilização junto à população somando-se às lutas sociais de outras categorias profissionais e movimentos sociais. A Carta de Cuiabá, aprovada no 45º Encontro CFESS-CRESS, realizado de 13 a 16 de outubro de 2016, reitera o posicionamento contrário aos retrocessos do governo de Michel Temer. Dentre o conjunto de retrocessos apontados na carta destacam-se:
- a privatização da extração de petróleo nos campos do pré-sal e as medidas recentes de menor abertura do capital estrangeiro.
 - o congelamento dos salários, a ampliação da jornada de trabalho, o avassalador processo contra os direitos previdenciários, além do retorno do “primeiro damismo” na política de assistência social expresso no Programa Criança Feliz.
 - a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela salários por vinte anos, direcionando cortes para a segurança e o trabalho.
 - o Projeto Escola sem Partido, na tentativa de ampliar o pensamento crítico em escolas e universidades.
 - outras medidas progressistas como as que contrariam a laicidade do Estado em projetos como o Estatuto da Família.
- 42.** “A Extensão Universitária denota também prática acadêmica a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, 2012). Sobre o conceito de extensão universitária, pode-se afirmar que se trata de:
- processo multidisciplinar, educativo, cultural, científico, político e econômico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.
 - processo transdisciplinar, educativo, científico, político e econômico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.
 - processo interdisciplinar, educativo, cultural, político e econômico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.
 - processo interdisciplinar, cultural, político, social e econômico que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.
 - processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.
- 43.** Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo, e ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), órgão executivo, o exercício das seguintes atribuições, respectivamente:
- organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos; estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
 - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social na respectiva região; orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social, em conjunto com o CRESS.
 - expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa; estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
 - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional; funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
 - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social; elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- 44.** Pereira (2008) aponta que o Estado, para além de sua complexidade, é um fenômeno histórico e também relacional. Sua existência não é tranquila, assim como as ligações que ele mantém com seus elementos constitutivos. Dessa forma, é possível afirmar que o Estado:
- é a única força organizada e autossuficiente no contexto da vida social.
 - incorpora interesses das classes dominadas, com o intuito de incluí-las no bloco de poder.

- C) é uma instituição constituída e dividida por interesses diversos, com a principal finalidade de administrar esses interesses com neutralidade.
- D) tem que se relacionar com todas as classes sociais, para se legitimar e fortalecer a sua base material de sustentação.
- E) deixa de assumir caráter de poder público, quando se relaciona com todas as classes, exercendo o controle político e ideológico sobre elas.
- 45.** Constitui um dos objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD):
- A) contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco, para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados.
- B) articular-se com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativos e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad.
- C) promover o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes.
- D) promover os valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como valores de proteção contra o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados.
- E) reconhecer a intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e com o seu tráfico ilícito.
- 46.** É necessário atentar-se para a relação entre pobreza e desigualdade no modo de produção capitalista: a primeira, ao ser mensurada, envolve questões de natureza teórico-política e de ordem técnico-instrumental. Segundo Netto (2007), essa relação evidencia ainda que:
- A) numa sociedade capitalista, o fenômeno social da pobreza não tem relação com a riqueza socialmente produzida.
- B) a pobreza deve ser analisada exclusivamente pelo aspecto socioeconômico, da renda *per capita*, primordial para o processo de seletividade dos programas sociais.
- C) o desenvolvimento capitalista é, simultaneamente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza.
- D) o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo e, conseqüentemente, reduzir desigualdades decorrentes da acumulação capitalista.
- E) há uma naturalização da pobreza ao direcionar sua caracterização a aspectos pluridimensionais.
- 47.** Entre os princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) encontra-se a integralidade da proteção social. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que corresponde a esse princípio.
- A) Integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
- B) Respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
- C) Direito de todos à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição.
- D) Oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- E) Prestação de assistência social sem exigência de contribuição ou contrapartida.
- 48.** Iamamoto e Carvalho (1982) destacam que o processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais também é o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Dentre as instituições assistenciais e previdenciárias que passam a se desenvolver a partir da década de 1920, a que tinha como objetivo explícito atuar junto aos moradores das grandes favelas da época era o(a):
- A) Legião Brasileira de Assistência (LBA).
- B) Serviço Social do Comércio (SESC).
- C) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- D) Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS).
- E) Fundação Leão XIII.
- 49.** De acordo com Netto (1999), a construção do Projeto Ético-Político Profissional foi iniciada na transição da década de 1970 a 1980, embora a utilização do termo seja mais contemporânea, da década de 1990. Em relação aos projetos profissionais, é correto afirmar que:
- A) são construídos individualmente, por cada profissional.
- B) apresentam exclusividade, quando hegemônicos.
- C) apresentam a autoimagem da profissão.
- D) contêm aspectos indicativos, obrigatórios a todos os profissionais.
- E) contêm elementos éticos, limitados às normativas morais.
- 50.** Fruto de amplo e diversificado debate acadêmico, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social no Brasil, propostas pela ABEPSS em 1996, têm como antecedente mais importante o currículo mínimo aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982. Iamamoto (2014) apresenta outros elementos importantes em relação a esta temática, tais como:
- A) o reconhecimento, nas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, da profissão como especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social.
- B) a criação do primeiro curso de Mestrado em Serviço Social nos anos 1980, com o estímulo sistemático à pesquisa nessa área.
- C) a introdução da política social no universo da formação acadêmica nos anos 1990, vinculando o exercício profissional às políticas sociais públicas.
- D) a dificuldade para afirmar nas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social a "questão social" como base de fundação sócio-histórica da profissão.
- E) a caracterização do perfil do bacharel em Serviço Social como profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, afirmada pelo texto legal das diretrizes curriculares homologado pelo MEC em 2001.

51. Santos e Marafon (2016) discorrem sobre a ampliação dos processos democratizantes na educação superior brasileira dos anos 2003 a 2010, dentre eles, a criação de cotas étnico-raciais e sociais e a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em contrapartida, apontam alguns desafios à atuação do assistente social frente às políticas de cunho neoliberal na efetivação dos programas de assistência aos estudantes, dentre eles:
- A) a garantia de acesso aos estudantes com baixa condição socioeconômica nos programas de assistência, não atendendo a necessidades mínimas de permanência.
 - B) a inclusão destes estudantes, que, não raras vezes, é realizada através de processos de exclusão, o que faz aumentar a complexidade do cotidiano de trabalho.
 - C) o aumento de recursos orçamentais e humanos que levantam o repto do trabalho desenvolvido com qualidade.
 - D) a política de acesso e a permanência como direito, cabendo exclusivamente a responsabilidade aos programas assistenciais.
 - E) a definição *a priori* na política do público-alvo prioritário, que remete à tendência da universalidade, e não à focalização.
52. Sobre o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES cabe afirmar que:
- A) caberá ao governo federal definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.
 - B) o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação.
 - C) as ações de assistência estudantil devem desconsiderar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhora do desempenho acadêmico.
 - D) os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais e estaduais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos artigos 3º e 4º.
 - E) as instituições federais de ensino superior deverão fixar somente mecanismos de avaliação do PNAES.
53. Constitui-se um dos objetivos gerais do Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007):
- A) viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna.
 - B) adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão.
 - C) consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IFES por meio da implantação de um banco de dados nacional.
 - D) garantir que recursos extraorçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil.
 - E) contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão.
54. De acordo com Imperatori (2017), quanto à trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira, **NÃO** cabe considerar que:
- A) a política de assistência estudantil se situa em um campo em disputa, em processo de legitimação, principalmente após sua regulamentação pela Portaria Normativa nº. 39/2007 e pelo Decreto nº. 7.234/2010.
 - B) a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais e de ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal.
 - C) a regulamentação da política de educação ocorreu pela Lei nº. 9.394/1996, que também explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação.
 - D) o PNAES é marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas lfes do Brasil.
 - E) a assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação, sendo a proposta do PNAES, articular diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social restrito.
55. Heringer (2012), ao fazer um balanço dos dez anos de ação afirmativa, destaca alguns aspectos principais sobre avanços e desafios colocados pela implantação destas políticas, especialmente no que se refere ao acesso à educação superior no Brasil. Entre os principais desafios, destacam-se:
- A) a necessidade de menor abertura para estudantes negros e pardos na pós-graduação.
 - B) a maior presença de estudantes negros e indígenas na educação superior e por consequência, menos estudantes formados e necessitando de inserção no mercado de trabalho.
 - C) uma maior divulgação pelas IES de seus cursos, modelos de acesso e políticas de permanência entre os estudantes de ensino médio, principalmente os de escola pública.
 - D) a alta expectativa ainda presente entre muitos estudantes de escolas públicas, pretos e pardos, sobre suas reais chances de chegar ao ensino superior.
 - E) a importância de ações afirmativas voltadas para a inserção de profissionais brancos, pretos, pardos e indígenas no mercado de trabalho, nas áreas concernentes ao ensino superior.

- 56.** Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, marque a alternativa que caracteriza uma das atribuições privativas do assistente social.
- A) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
 - B) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
 - C) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
 - D) Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
 - E) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- 57.** Conforme apresenta Guerra (2016), o estágio supervisionado é um espaço de síntese de conhecimentos teóricos e saberes práticos com vistas a articular todas as dimensões da profissão em torno de um perfil de profissional crítico. Quanto às diversas dimensões que compõem a profissão do Serviço Social pode-se afirmar que a dimensão investigativa:
- A) assume centralidade na supervisão de estágio pela sua natureza e particularidades.
 - B) é a capacidade de dar respostas instrumentais às diferentes e divergentes requisições socio-profissionais e políticas que se institucionalizam.
 - C) compõe parte das competências que se colocam às profissões como um todo, sendo que nas profissões interventivas essa dimensão se confunde com o próprio fazer da profissão.
 - D) abarca desde a perspectiva de homem e mundo do profissional até o método através do qual ele apreende a realidade e as estratégias a serem relacionadas, segundo determinados objetivos, prioridades, modos de fazer, dentre outros.
 - E) se relaciona ao referencial teórico para responder às demandas do cotidiano, em oposição a uma visão de teoria que se limite a dar respostas instrumentais às requisições institucionais.
- 58.** Iamamoto (2009) salienta a importância de se reconhecer o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional para a leitura dos espaços ocupacionais. Neste sentido aponta o pressuposto relacionado ao mito de um único processo de trabalho do(a) assistente social. Sobre esse pressuposto cabe afirmar que:
- A) o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador.
 - B) existe o trabalho do assistente social e o processo de trabalho no qual se envolve na condição de trabalhador especializado.
 - C) a prática profissional se constitui como atividade do indivíduo isolado, sendo os elementos constitutivos desse trabalho concreto baseados em um “modelo universal” para análise de todo e qualquer processo de trabalho.
 - D) o processo de trabalho é a forma como se operacionaliza a atividade do assistente social, pensada no seu circuito interno.
 - E) não existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social.
- 59.** Boschetti (2009) apresenta um cenário de crise estrutural do capital desde 2007/2008 nos países capitalistas. Nos países centrais e periféricos, essa crise se expressa na privatização dos serviços públicos, entre os quais a educação superior. Entre os efeitos da contraofensiva do capital em tempos de crise que expressam as tendências mercantilizantes do ensino superior destaca-se:
- A) a proliferação acelerada e ordenada de cursos presenciais em detrimento de cursos a distância.
 - B) o favorecimento da expansão de serviços privados, da diversificação e massificação do ensino e da reconfiguração das profissões.
 - C) a expansão acelerada de ensino a distância preferencialmente em alguns níveis, como educação profissional e educação superior.
 - D) a substituição de currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais e a distância, na contracorrente das diretivas dos organismos internacionais.
 - E) o fortalecimento dos cursos de graduação presenciais, com redução no quadro docente em dedicação exclusiva e ampliação dos docentes com carga de 20 e 40 horas.
- 60.** A Lei nº 13.146/2015 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que, em linhas gerais, dispõe sobre os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Considerando o Capítulo II da referida Lei, assinale a alternativa correta.
- A) A pessoa com deficiência será protegida de todas as formas de discriminação, exploração e violência. São considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.
 - B) A pessoa com deficiência pode, em determinados casos, ser obrigada à fruição de benefícios de ação afirmativa para que seja preservada a igualdade.
 - C) A deficiência afeta a capacidade civil da pessoa para exercer o direito à guarda, à tutela e à adoção, na condição de adotante.
 - D) A deficiência não afeta a capacidade civil da pessoa para conservar sua fertilidade, salvo em casos em que a natureza da deficiência justifique a esterilização compulsória.
 - E) A deficiência pode afetar a plena capacidade civil da pessoa somente para se casar e constituir união estável.



UFRJ